



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



1 Ao quinto dia do mês de junho de dois mil e dezenove, às 9h00 horas, na Sala de Gestão  
2 do Palácio das Araucárias, situada à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, ao bairro Centro  
3 Cívico, Curitiba-PR, **deu-se início à Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE**  
4 **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ – CONSEPIR.** Fizeram-se  
5 presentes, conforme convocação os **Titulares Governamentais:** Ana Zaiczuk Raggio  
6 (SEJU), Mariana Souza Bernal (SEEC), Rosangela Aparecida de Souza (SEET), Ademar  
7 Florentino (SEAB), Eliseu Raphael Venturi (SEPL); **Suplentes Governamentais:** Lucimar  
8 Pasin de Godoy (SESA), Josemar Batista Carneiro (SEDS), Marcos Aurélio Pelegrina  
9 (SETI); **Titulares da Sociedade Civil:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro), Saul  
10 Dorval da Silva (Instituto Brasil África), Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato), Eliana  
11 Silva (Rede Mulheres Negras Paraná), Juliana Chagas da Silva Mittlelbach (CUT/PR),  
12 Celso José dos Santos (ANPIR), Nardi Terezinha Casanova (União Cigana do Brasil);  
13 **Suplentes da Sociedade Civil:** Rosangela de Lima (Grupo AfroVida), Robson Jaime  
14 Pereira (INATES), Weverton Sebastião dos Passos (União Cigana do Brasil);  
15 **Convidados/Titular:** Sthefanne S. P. Rodrigues (CAOPJDH-MPPR); **Colaboradores:**  
16 Adriane Ribeiro (COMPIR- Araucária), Miguel Nunes (COMPIR- Araucária), Karina T. da  
17 Conceição (COMPIR - Piraquara), Michelli S. da Silva (Indígena Kakané Porã), Eurico P.  
18 Souza (COMPIR – Ponta Grossa), Jaciara N. Mello (COMPIR – Ponta Grossa), Regiana  
19 A. Almeida (COMPIR – Piraquara), Julia Almeida (Juventude Negra de Piraquara), Adrielle  
20 de S. O. Santos (OAB – SP). **2. Abertura:** tendo em vista a ausência de quorum, iniciou-se  
21 pelo Relato das Comissões. **5. Relato das Comissões: Comissão de Legislação:** A  
22 conselheira Ana Raggio inicia a fala, relatando sobre a reunião com o secretário de  
23 educação, onde foi apresentado algumas demandas a ele. O ponto principal da reunião  
24 referiu-se ao estatuto, solicitando agilidade na análise e encaminhamento. Também foi  
25 abordada a questão da necessidade de atenção e melhores condições de trabalho das  
26 equipes multidisciplinares e formação da comissão de verificação. Foi levantada a  
27 ausência de encontros do fórum das relações da educação étnico raciais, destacando-se  
28 a importância da retomada enquanto órgão de consulta e o encontro de educadores(as)  
29 negros(as) como um espaço de fortalecimento desses profissionais e de produção de  
30 conhecimento pelo PDE. Há também a questão de aquisição pela Secretaria de Estado  
31 da Educação, dos materiais didáticos que trabalhem a questão da formação para relações  
32 étnico raciais, direcionado aos estudantes e professores. Enfim, a implementação do  
33 plano estadual de promoção da igualdade racial, com a necessidade de inclusão de



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



34 metas dentro do PPA, relacionado à atualização desse plano. O Secretário idealizou uma  
35 campanha para ser realizada em todas as escolas para obter um ponto de vista positivo  
36 sobre a população negra, onde os estudantes possam se identificar com negros(as) que  
37 tiveram sucesso, auxiliando no enfrentamento ao preconceito e discriminação  
38 vivenciadas. O conselheiro Celso destaca que ao final restou como compromisso a  
39 formalização das demandas por meio de ofício. Também foi apontado que a secretaria de  
40 educação institucionalize sistema de acompanhamento e monitoramento das ações  
41 desenvolvidas para promoção da igualdade racial. A conselheira Ana Raggio  
42 complementa que durante a reunião a diretora do Departamento da Diversidade e Direitos  
43 Humanos pontuou que cada gestão de uma secretaria tem seu foco principal em  
44 atividades que gostaria de desenvolver, o que se apontou como foco da atual gestão é a  
45 garantia de boa avaliação juntamente ao INEP e garantia da qualidade de aprendizado  
46 dos estudantes relativo a matérias como: português e matemática. Com estas razões têm  
47 se identificado dificuldades na implementação de pautas transversais, como  
48 enfrentamento ao racismo. O Secretário alegou uma preocupação de que as ações de  
49 capacitação não fossem voltadas a pessoas que já tem compreensão deste assunto; para  
50 tanto, foi colocado que em todas matérias abordassem o assunto de todos os grupos de  
51 igualdade. Por fim, foi dialogado, também, que durante o percurso das graduações, este  
52 assunto seja abordado, trazendo profissionais que saibam as questões e coloquem em  
53 prática o que foi aprendido em sala de aula. O conselheiro Luiz Carlos dos Santos fala  
54 sobre a audiência pública a ser promovida pelo FPDER que acontecerá e que acha  
55 importante ter um representante do conselho, sendo que a conselheira Ana Raggio não  
56 poderá comparecer. Também aborda sobre a última reunião, onde a mesa diretora iria  
57 realizar um levantamento das entidades que não estavam participando, para que haja  
58 justificativas e providências em relação às faltas. **Comissão de Combate ao Racismo:**  
59 Ana Raggio aludiu que esta comissão é formada por SEJU, SESA e a SESP, a  
60 coordenação é do Dom da Terra AfroLGBT, porém não há presença de Cláudia e Márcio  
61 Marins. No dia 29 de maio, houve uma reunião, na qual esteve presente o Ministério  
62 Público e a OAB. Havia um pedido da Comunidade Nigeriana do Paraná sobre a  
63 presença de grupos Racistas Extremistas, sendo oficiadas diversas organizações sobre  
64 isso, porém, ainda não houve respostas dos órgãos de inteligência se tem havido  
65 monitoramento. Houve abordagem do tema de como fazer o acolhimento das pessoas  
66 vítimas de racismo e discriminação racial, não apenas a responsabilização do indivíduo  
67 que promove o ato, mas também o acolhimento da vítima. Marisa, representante da  
68 SESA, apontou a importância em haver encaminhamento direto para rede de saúde e de



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



69 assistência social. Lembrou-se que a secretaria de segurança pública possui verba de  
70 convênio com o Governo Federal para capacitação dos integrantes da segurança pública.  
71 O estado do Paraná conseguiu obter uma verba junto à secretaria de promoção a  
72 igualdade racial do Governo Federal, a SESP está com este montante e precisa executar  
73 o convênio; será oficiado um pedido de informações sobre como está o andamento dessa  
74 questão. Sucedeu-se solicitação de informações sobre os registros de casos de injúria  
75 racial e racismo, tendo número de condenações e de qual forma isso têm se sucedido,  
76 encaminhada ao Tribunal de Justiça, Defensoria e Ministério Público. Foi informada a  
77 possibilidade de diálogo com Tribunal de Justiça, sobre a questão da destinação de verba  
78 para o FUNDEPIR, onde o indivíduo atuante de discriminação pague uma multa,  
79 ocorrendo essa reversão para o Fundo, bem como para tratar do registro de casos de  
80 injúria racial e racismo e também para encaminhamento das vítimas para atendimento de  
81 saúde mental. **Comissão de Formação, Comunicação e Campanhas:** não se obteve  
82 quórum para realizar a reunião. **Comissão de Monitoramento do Plano Estadual:** o  
83 conselheiro Eliseu Raphael Venturi aludiu sobre reunião realizada, na qual foram  
84 deliberadas duas providências, sendo o envio de ofício com anexo padrão para prestação  
85 de contas sobre o Plano da Igualdade Racial. Também há a proposta de ofício para obter  
86 as ações específicas de cada secretaria no PPA. Sobre esse tema, o conselheiro relatou  
87 que existe uma consulta pública sobre o PPA online, destacando a importância de que os  
88 indivíduos acessem a plataforma e achem itens que contemplem a promoção da  
89 igualdade racial e enfrentamento ao racismo. A conselheira Ana Raggio solicita aos  
90 conselheiros que seja feita uma incidência de cada secretaria sobre esse assunto, pois é  
91 de grande importância; se houver dificuldade técnica de como prever e inserir essa  
92 demanda, pode então ser feito diálogo com a secretaria do planejamento, para que possa  
93 ser inserido metas específicas relativas à igualdade racial dentro dos PPAs. **Comissão de**  
94 **Planejamento Financeiro:** esta comissão é a única permanente, criada por disposição  
95 do regimento interno do CONSEPIR, havendo necessidade de formá-la. A  
96 Superintendência de Diálogo e Interação Social da Governadoria anunciou que será  
97 destinado 2 milhões de reais para o FUNDEPIR. Essa comissão ficará responsável por  
98 elaborar o planejamento financeiro do CONSEPIR e elaborar editais que poderão  
99 disponibilizar essa verba, adotar medidas para a questão dos recursos; estará também  
100 em constante diálogo com a Secretaria de Estado da Justiça, que possui como atribuição  
101 a gestão administrativa do Fundo. **2. Abertura:** com o quorum estabelecido, deu-se início  
102 à reunião e aos itens da pauta. **3. Aprovação da pauta:** Após a inclusão de pontos de  
103 pauta por Conselheiras e Conselheiros presentes, a pauta foi aprovada. **4. Aprovação da**



104 **ata:** Devido à ausência de atas prontas para a análise do Conselho, o ponto restou  
105 prejudicado. **6. Conselhos Municipais:** Conselho Municipal de Araucária: a  
106 representante Adriane Ribeiro (COMPIR - Araucária) agradece pelo convite para  
107 participação nesta reunião. O representante Miguel Nunes (COMPIR - Araucária) relatou  
108 atividades que vem desenvolvendo na Prefeitura de Araucária, como levantamento  
109 estatístico da comunidade, comunidade escolar, trabalho com as cotas dos servidores,  
110 realizando uma mapeamento para encontrar esses servidores dentro das secretarias,  
111 para que eles contribuam com o Conselho. Conselho Municipal de Piraquara: Regina A.  
112 Almeida (COMPIR – Piraquara) se apresenta ao Conselho, aludindo que foi feito um  
113 trabalho de estruturação, compreensão política e estudo interno dos conselheiros para  
114 saber como está a política da igualdade racial, os recursos, ações e responsáveis. Para  
115 tanto, foi enviado um questionário aos gestores públicos levantando informações. A  
116 representante Julia Almeida (Juventude Negra de Piraquara) se apresentou ao Conselho.  
117 A representante governamental e de assistência social do COMPIR- Piraquara Carina se  
118 apresentou aos conselheiros. Conselho Municipal de Ponta Grossa: O representante  
119 Eurico Filho se apresenta ao Conselho, contando que o conselho de igualdade racial deu  
120 início às atividades em dezembro de 2018. A representante Jaciara apresentou-se ao  
121 Conselho. O representante José Luiz apresentou-se ao pleno. A conselheira Ana Raggio  
122 agradeceu a presença de todos os representantes **7. Edital SEPIR:** a conselheira Ana  
123 Raggio relata que está aberto edital da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade  
124 Racial, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, havendo  
125 possibilidade de apresentação de projeto no valor mínimo de 100 mil reais para cada uma  
126 das 3 linhas de programa, sendo que uma delas prevê a possibilidade de indicação de 10  
127 municípios em que o conselho esteja em funcionamento para recebimento de móveis e  
128 equipamentos, no valor de 15 mil reais cada. Os requisitos sugeridos pelo Conselho para  
129 estas escolhas são: tenham órgão, esteja integrado no SINAPIR e contemplar aqueles  
130 que estão presentes nesta reunião. Após esses pré requisitos, será enviado pela  
131 secretaria aos outros municípios para demonstrarem interesse. Para essa decisão já se  
132 encontram 8 conselhos municipais, restando duas vagas, assim, daqueles que se  
133 manifestarem, serão contemplados aqueles com maior porcentagem de população negra,  
134 segundo IBGE 2010. Foi sugerido que a Comissão de Formação fique responsável por  
135 esta questão; essa sugestão foi aprovada pelos conselheiros. **8. Planejamento**  
136 **Financeiro:** a Comissão trará uma proposta de linhas para as quais poderá ser usada a  
137 verba do FUNDEPIR uma vez que o dinheiro seja liberado, apresentando para o  
138 plenário. A comissão foi composta pelas Secretarias da Cultura, Planejamento e SEJUF,



139 bem como IBAF, APP e CUT. O conselheiro Celso sugere que não seja preciso aguardar a  
140 uma reunião futura para que os órgãos governamentais possam fazer a indicação do  
141 tesoureiro, sendo estes encaminhamentos aprovadas pelo conselho. **9. Representação**  
142 **Cigana:** a conselheira Ana Raggio relatou que o Conselho de Promoção da Igualdade  
143 Racial recebeu dois protocolos da Federação Nacional dos Ciganos no Brasil  
144 (FENADURCI) referentes à Representação Cigana, o ofício, bem como manifestação da  
145 Promotoria de Justiça da Fundação do Terceiro Setor do Ministério Público do Paraná foi  
146 lido para entendimento do Conselho, os quais buscam o afastamento da Conselheira  
147 Nardi Casanova. A palavra, então, foi passada à referida Conselheira para manifestação,  
148 a qual relatou que trabalhou e foi assediada pelo denunciante em diferentes momentos.  
149 Apontou que entende que a representação chega exatamente no momento em que há  
150 possibilidade de verba a ser destinada para o CONSEPIR, não tendo trazido em nenhum  
151 momento anterior. Informou que há acompanhamento das situações relatadas pelas  
152 instituições do Ministério Público Federal e Estadual. Afirmou que realmente tem feito  
153 ações sociais junto aos acampamentos ciganos e que os próprios ciganos podem  
154 confirmar que ela é filha de mãe cigana do segmento Calon. Foi orientada pelo  
155 Conselheiro Saul a protocolar os documentos que comprovam suas alegações. A  
156 Conselheira Juliana indicou que a responsabilidade de indicação de representante é da  
157 entidade eleita, não cabendo ao Conselho interferir nessa autonomia, independente de  
158 pertencimento étnico e/ou racial. Quanto ao processo eleitoral, a própria análise do  
159 Ministério Público, em sua manifestação lida, afasta qualquer irregularidade. O  
160 Conselheiro Saul destacou conhecer o trabalho da Conselheira Nardi. O Conselheiro  
161 Celso concordou com a fala da Juliana e acrescentou não caber ao Conselho analisar seu  
162 pertencimento étnico e que caberá ao Conselho agir somente se houver decisão judicial.  
163 O Conselheiro José Luiz exaltou seu apoio à Conselheira Nardi, condenando o assédio  
164 promovido contra ela. O Conselheiro Luiz colocou-se à disposição para depor em favor da  
165 atuação da Conselheira e aconselhou-a a não se expor, dando publicidade a essa  
166 questão. A Conselheira Ana sugeriu como encaminhamento resposta à FENADURCI  
167 informando que a questão foi discutida no Conselho e não se constatou irregularidades na  
168 representação, visto que não houve irregularidades no processo eleitoral e que a  
169 indicação de representante é prerrogativa das entidades eleitas. Ainda, que o  
170 pertencimento cigano não é requisito para o CONSEPIR, mas sim a atuação em prol da  
171 promoção da igualdade racial, o que foi demonstrado pela entidade durante o processo  
172 eleitoral, assim como pela participação assídua da Nardi e do Weverton nas reuniões.  
173 Informou que o Departamento e a Secretaria de Justiça também foram provocados e



174 entendeu-se que a análise cabia ao pleno do Conselho. Assim, após sugestão do  
175 convidado Eurico, entendeu-se que a denúncia foi acolhida, debatida, porém foi rejeitada.  
176 O encaminhamento restou aprovado. **10. Representação Indígena no CONSEPIR:** a  
177 conselheira Ana Raggio relembra que durante a IV Conferência de Promoção da  
178 Igualdade Racial foi deliberada moção de apoio à presença das lideranças Indígenas e  
179 Quilombolas nas reuniões deste Conselho. A representante Michelli S. da Silva (Indígena  
180 Kakané Porã) dialogou com a conselheira, se poderia acompanhar as reuniões do  
181 Conselho, enquanto representação indígena, foi esclarecido que é apenas um apoio e  
182 não uma garantia de participação. Então como um ponto de pauta a representante  
183 Michelli S. da Silva questiona a possibilidade de ter a presença de representantes com  
184 uma cadeira no Conselho. A conselheira aludiu que não há garantia de transporte,  
185 hospedagem e alimentação para não conselheiros(as). Questionou-se se há um conselho  
186 que os Indígenas façam parte, a conselheira Ana Raggio alegou que há o CPECT. O  
187 conselheiro Celso retoma a fala, alertando que por disposição do Regimento Interno há  
188 previsão de que a SEJU arque com despesas de convidados. Foi executada a leitura da  
189 moção, a proposta para definição da representação Indígena convidada deste conselho  
190 terá que ser dialogada com os Caciques. Decidiu-se pelo envio de convite para os  
191 Caciques para participação na reunião deste. A moção se referia a um convidado de cada  
192 representação, então como bem avaliado, com dois convites para Caciques e  
193 Quilombolas. Com isto o pleno aprova os encaminhamentos. **11. Reunião**  
194 **descentralizada:** o pleno aprovou a reunião descentralizada na cidade de Cascavel no  
195 mês de Agosto. **12. Atividade Ponta Grossa:** a representação do Conselho na Audiência  
196 Pública do FPDER será feita por um dos Conselheiros que integra também o Fórum.  
197 **Período da tarde:** Deu-se início ao período da tarde com a exposição pela secretária  
198 Juliana do quorum e, depois, introduziu-se os debates. **13. Festival Cultural Indígena:**  
199 Michelli relatou sentir ausência de festivais que celebrem, conscientizem e promovam o  
200 debate nos espaços públicos acerca da cultura indígena e apresentou a proposta de se  
201 refletir acerca dos meios e maneiras de realizar tal evento, construindo um projeto deste  
202 porte em conjunto com o Conselho. Outro debate diz respeito ao Conselho de Povos  
203 Indígenas, pois existe a problemática dos direitos e inserção na sociedade dos indígenas  
204 que estão fora da aldeia, que não são contemplados por tal Conselho. Desta forma, a  
205 demanda apresentada ao CONSEPIR é de que se dialogue com os povos espalhados por  
206 tais “aldeias urbanas” e promova trabalhos de igualdade racial nesse sentido. Definiu-se,  
207 assim, levar tal debate para dentro da comissão de formação e campanha para que a  
208 promoção do evento possa ser articulada e estruturada junto com a Secretaria de Cultura,



209 observando as possibilidades de calendário, verbas e orçamentos, assim como  
210 encaminhar na mesma comissão o debate acerca da inclusão do indígena que está na  
211 região urbana dentro dos espaços públicos. **14. Festival Cultural:** Mariana Bernal  
212 expressou o êxito na reunião da comissão do CONSEPIR junto com a Coordenação de  
213 Ação Social e Economia Criativa da Superintendência de Cultura e apresentou slides  
214 exibindo os pontos a respeito das atividades do 25 de julho, de nome 'Movimenta Preta:  
215 Ação e Expressão'. Exibiu-se a atividade idealizada de exposição pelo Coletivo 'Ero Ere',  
216 que em yorubá significa 'salve a gamaleira', árvore de raízes fortes, símbolo religioso de  
217 matriz afro-brasileira. Articulou-se com o espaço do MAC, no MON, para a exibição da  
218 exposição. Além disso, pensou-se em uma feira criativa e oficinas, mesas redondas,  
219 shows e outras atividades ainda em desenvolvimento. A previsão de abertura, com a  
220 apresentação de uma performance, foi estabelecida para o dia dezoito de julho, com a  
221 perspectiva de doze a quinze dias de exposição. O protagonismo da artista negra que fala  
222 por si mesma, assumindo seu lugar de fala, através da arte, foi abordado enquanto  
223 expectativa e perspectiva do evento. Outra apresentação do evento é a Feira Criativa,  
224 onde se apresentou a ideia de reunir trinta e cinco expositoras negras em um final de  
225 semana, facilitando para quem vem de fora dormir somente um dia em Curitiba. Dentro  
226 desta feira, relatou-se a ideia de acontecer Oficinas de Afro Empreendedorismo, espaços  
227 para as crianças e um show musical na abertura do evento. A única problemática  
228 enfrentada é a questão do local, ainda a ser definido. Após levantamentos e discussões,  
229 contemplou-se a ideia de realizar tal show no Teatro Guaíra, restando verificar a  
230 disponibilidade de verba para a execução do evento. Na proposta de estrutura constou os  
231 seguintes elementos: trinta e cinco mesas, identidade visual, microfones, mix,  
232 cabeamento, retorno, espaço pra criança, realização de duas oficinas por dia e duas  
233 oficinas para mulheres negras empreendedoras. Das atividades em andamento, exibiu-se:  
234 proposta de exposição sobre arte negra no Museu Paranaense, sugestão de mesa  
235 redonda na Biblioteca Pública com escritoras negras e, ainda dentro da biblioteca, a  
236 solicitação do espaço de exposição para a apresentação de jovens artistas e também um  
237 show com a *Tuyo*, dentro da programação própria da Biblioteca que apresenta shows  
238 mensalmente. Quanto aos custos, alegou-se o orçamento na casa dos sessenta e cinco  
239 mil reais, desconsiderando o show no Teatro Guaíra. Com a solicitação do orçamento  
240 completo, incluindo a possibilidade dos shows, encaminhou-se enviar o valor fechado  
241 posteriormente. Pensou-se, ainda, a inclusão de um espaço de debate geral acerca do  
242 tema que gera o evento e sobre o qual se celebra o dia vinte e cinco de julho, a Mulher  
243 Negra Latino americana e Caribenha, e incluir também um debate geracional. Debateu-se



244 acerca dos nomes indicados para a realização do evento, com a apresentação por parte  
245 da comissão e a sugestão de inclusão de entidades do conselho, além dos nomes que  
246 passam a compor o debate geral. **15. Projeto de Lei sobre profissionais de capoeira:**  
247 apresentou-se o projeto para valorizar os profissionais da capoeira, que enfrentam o  
248 entrave do preconceito de algumas instituições, muitas vezes, públicas. Relatou-se que a  
249 capoeira tem espaço estreito e pouco inserida nas escolas, apesar da lei de  
250 obrigatoriedade do estudo das questões afro-brasileiras. Expôs-se ainda que se  
251 desconsidera o valor da capoeira enquanto primeiro movimento negro no Brasil e passa-  
252 se instruções dentro das aulas de Educação Física sem real instrução, visto que leva no  
253 mínimo vinte e cinco anos para se profissionalizar como professor de capoeira. O projeto  
254 de lei justamente define critérios e regulamenta as questões profissionais que envolvem a  
255 capoeira e credencia o professor, contemplando as questões técnicas, filosóficas e  
256 musicais. Acerca da questão dos profissionais de Educação Física, explicitou-se que a lei  
257 determinante que o profissional de capoeira só poderia dar aula através do CREF foi  
258 extinta, considerando, justamente, a amplitude abarcada na capoeira que não pode ser  
259 singularizada em um setor. Desta forma, a fiscalização fica a cargo das federações,  
260 confederações e ligas, órgãos específicos da capoeira. Lembrando informação trazida  
261 pela Conselheira Edna, elucidou-se, a partir das experiências na educação, que a  
262 transmissão do conhecimento dos movimentos e técnicas básicas da capoeira é, muitas  
263 vezes, transmitida como obrigação pela escola. O Conselheiro Robson expressou  
264 compreender a questão, mas reitera que a capoeira demanda uma formação cultural mais  
265 profunda para se lecionar acerca dela. Informou-se que a minuta de lei foi enviada ao  
266 conselho. Propôs-se que a legislação em questão fosse analisada na comissão de  
267 legislação, a fim de que se revise e avalie a possibilidade de inclusão na minuta de  
268 anteprojeto de lei para criação do Estatuto da Igualdade Racial, o qual já contempla os  
269 profissionais de capoeira, mas não de forma profunda como a lei debatida nesta pauta.  
270 Uma proposta do Conselheiro Robson para a inserção da capoeira na educação é a  
271 inclusão como PSS, o que libera o professor de Educação Física de uma instância que  
272 ele não domina. Abordou-se também o caráter de regulamentação profissional que se  
273 visualiza no debate, o que foge da alçada estadual e tem caráter federal, e registra-se que  
274 já há contemplação da capoeira a nível federal. No entanto, a lei engloba a capoeira, mas  
275 a define como facultativa, o que mantém as coisas no mesmo nível. Assim, identificou-se  
276 duas propostas de encaminhamento: uma para que a comissão de legislação analise a  
277 proposta ou se a regulamentação só pode acontecer a nível federal e a outra questão é a  
278 inserção na educação através, por exemplo, dos jogos escolares com o profissional



279 contratado para uma atividade extracurricular. **16. Consolidação de ações de 2018:** a  
280 conselheira Ana Raggio relatou o encaminhamento de um drive constando todas as  
281 informações da gestão de 2018: processo da eleição da sociedade civil, todos os decretos  
282 e nomeações, os ofícios, as pautas, as atas, as resoluções, o pacto junto ao Ministério  
283 Público do Trabalho, a minuta do estatuto, o mês da consciência negra, o evento da  
284 comissão de cotas e uma proposta de relatório já iniciada, ressaltando ser atribuição da  
285 mesa diretiva a elaboração do Relatório. **17. Respostas das ausências:** realizou-se uma  
286 lista acerca do controle de presenças analisando todo o ano. Observou-se, a partir da  
287 lista, que se obteve nas três reuniões até então presença da SEJUF, da SESP, da Casa  
288 Civil, da SEAB, do Planejamento, da SESA e da educação. Esporte e Turismo  
289 compareceu à primeira, enquanto Meio Ambiente compareceu à segunda, assim como a  
290 SEDS. Às representantes governamentais que não compareceram a nenhuma ou a uma  
291 reunião, deliberou-se que enviassem ofícios para as Secretarias informando, no entanto,  
292 a representação da Cultura, Esporte e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior acabaram  
293 de ser alteradas, logo, compreendeu-se não ser cabível. Assim, encaminhou-se o ofício  
294 pra SEDS, para o Meio Ambiente, Esporte e Turismo, Desenvolvimento Urbano e  
295 Assembleia Legislativa. Já com relação à sociedade civil, dos titulares observou-se a  
296 presença em todas as reuniões do instituto sorriso negro, do Centro Cultural Humaitá, do  
297 IBAF, da APP Sindicato e do Grupo Afrovida. A União Cigana esteve presente em duas  
298 reuniões, assim como a ANPIR, o INATES, o Instituto de Prevenção às Drogas e a Rede  
299 Mulheres Negras. Dom da Terra e a CUT estiveram presente em uma. A Comunidade  
300 Nigeriana no Brasil não esteve presente em nenhuma reunião, tal qual o CRP. Para as  
301 instituições que não estiveram presentes em nenhuma reunião, encaminhou-se um ofício  
302 e estabeleceu-se contato direto com a instituição. A CONIPA e o CRP enviaram informes  
303 trocando a representação. Estabeleceu-se como pauta das próximas reuniões a  
304 reorganização a partir da justificativa enviada para o Conselho. **18. Informes:** informou-se  
305 que a assessoria da Superintendência do Trabalho relatou que o Estado do Paraná  
306 contratará via terceirização mil e seiscentas pessoas e a lei de cotas não abrange às  
307 terceirizações. Com isso, deliberou-se pelo envio de ofício designando que é preciso  
308 seguir o preceito do funcionalismo público e, assim, que garanta, no mínimo, dez por  
309 cento de contratação e permanência de vagas para cotistas. Após referidas informações e  
310 discussões, a reunião encerrou-se.

311 **Titulares Governamentais:** Ana Zaiczuk Raggio (SEJU)

312 Mariana Souza Bernal (SEEC)

313 Rosangela Aparecida de Souza (SEET)



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



- 314 Ademar Florentino (SEAB)  
315 Eliseu Raphael Venturi (SEPL)  
316 **Suplentes Governamentais:** Lucimar Pasin de Godoy (SESA)  
317 Josemar Batista Carneiro (SEDS)  
318 Marcos Aurélio Pelegrina (SETI)  
319 **Titulares da Sociedade Civil:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro)  
320 Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África)  
321 Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato)  
322 Eliana Silva (Rede Mulheres Negras Paraná)  
323 Juliana Chagas da Silva Mittlelbach (CUT/PR)  
324 Celso José dos Santos (ANPIR)  
325 Nardi Terezinha Casanova (União Cigana do Brasil)  
326 **Suplentes da Sociedade Civil:** Rosângela de Lima (Grupo AfroVida)  
327 Robson Jaime Pereira (INATES)  
328 Weverton Sebastião dos Passos (União Cigana do Brasil)